



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

03/12/2014

INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. VARA DA MULHER.....	1
2. JORNAL O DEBATE	
2.1. DECISÕES.....	2
2.2. PRESIDÊNCIA.....	3
3. JORNAL O IMPARCIAL	
3.1. VARA DA MULHER.....	4
4. JORNAL PEQUENO	
4.1. DECISÕES.....	5
4.2. JUIZADOS ESPECIAIS.....	6
4.3. SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO.....	7
4.4. VARA CRIMINAL.....	8 - 9

Pelo fim da violência contra as mulheres

Chamar a atenção da sociedade sobre os altos índices da violência contra as mulheres no Maranhão. É essa a finalidade da caminhada que a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Maranhão (CEMULHER-TJMA) promoverá, neste sábado, 6, às 16h. A concentração será no Parque Infantil da Av. Litorânea.

PRODUTIVIDADE DO TJMA

A quantidade de processos julgados pelos desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) teve um crescimento de 11% nos dez primeiros meses de 2014, em relação ao mesmo período no ano de 2013. A produtividade passou de 86,98%, em 2013, para 96,58% no mesmo período de 2014. As estatísticas indicam que os processos distribuídos tiveram redução de 1%, o que foi acompanhado do aumento no ritmo de julgamentos pelos desembargadores. O crescimento de julgados acima de 10% manteve a produtividade próxima a 100% no período. De janeiro a outubro de 2013 foram distribuídos 20.984 processos e julgados 18251. Em 2014, o número de distribuídos foi 20730 processos e o de julgados 20021.

ACIMA DA MÉDIA NACIONAL

A produtividade dos magistrados ficou acima da média nacional definida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que determina que sejam julgados no mínimo 90% da quantidade de processos distribuídos. De acordo com a diretora Judiciária do TJMA, Denise Batista, contribuíram para esse crescimento o investimento em modernização, aperfeiçoamento de servidores e a padronização de rotinas administrativas nos setores envolvidos. "Nos últimos anos foram adotadas muitas medidas de melhoria e aprimoramento da atividade jurisdicional", diz a diretora.

• Penas alternativas e importante para ressocialização de detentos

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) fará, em breve, um levantamento para obter dados para saber quantas pessoas cumprem penas alternativas no Brasil. Recentemente, em debate onde será construído o Fórum permanente de alternativas penais, que formulará estudos e enunciados para a aplicação das penas em substituição à prisão a exemplo de prestação de serviços à comunidade.

Para a Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJM), Desembargadora Cleonice Freire, a aplicação de penas alternativas é importante para diminuir a população carcerária brasileira. Não é a solução. Nós precisamos de novos presídios e demais celas, mas esse tipo de punição é importante, pois, garante mais eficácia na ressocialização do apenado que além do acompanhamento psicossocial terá a família mais próxima, já que ele não permanecerá encarcerado - afirmou.

Caminhada pelo fim da violência contra as mulheres

A Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Maranhão (CEMULHER-TJMA) promoverá, no próximo sábado (6), às 16h, caminhada para chamar a atenção da comunidade sobre os índices e ações desenvolvidas pelo fim da violência contra as mulheres. A concentração será no Parque Infantil da Avenida Litorânea. Interessados em participar, ligar para (98) 3261 - 6282 e 3261-6284.

▲ SOBE

A quantidade de processos julgados pelos desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão teve um crescimento de 11% nos dez primeiros meses de 2014, em relação ao mesmo período no ano de 2013. A produtividade passou de 86,98%, em 2013, para 96,58% no mesmo período de 2014. As estatísticas indicam que os processos distribuídos tiveram redução de 1%, o que foi acompanhado do aumento no ritmo de julgamentos pelos desembargadores.

SANTA INÊS

Reunião entre poderes dá início a processo de regularização fundiária

O ano de 2015 entrará com boas novas para milhares de habitantes do município de Santa Inês que ainda não possuem títulos definitivos de propriedade de suas moradias. Na manhã da quinta-feira (27), foi realizada uma reunião na sede do Juizado Especial da Comarca de Santa Inês, coordenada pela juíza Maricélia Costa Gonçalves, com a participação do assessor técnico da Corregedoria de Justiça do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA), Lourival da Silva Ramos Júnior, especialista em processos de Regularização Fundiária.

Essa primeira reunião teve como objetivo estabelecer as bases de como vai ser feito o Processo de Regularização Fundiária do Município. Usando da palavra, o assessor técnico do TJMA, Lourival Júnior, explicou os procedimentos necessários para que haja a regularização das terras de Santa Inês.

Ao final do encontro, outra reunião ficou agendada para o dia 10 de dezembro, também na sala do Juizado Especial de Santa Inês. Na oportunidade, será apresentado o planejamento das ações a serem realizadas pelas autoridades, bem como a minuta de Projeto de Lei que norteará todo o Processo de Regularização Fundiária no âmbito do município de Santa Inês.



DIVULGAÇÃO

REUNIÃO TRATOU da regularização fundiária em Santa Inês

PRÓXIMOS PASSOS – Considerando o encontro bastante proveitoso, os representantes da Prefeitura de Santa Inês, Luís Carlos Lima Almeida (Meio Ambiente) e Luís Edmundo Coutinho de Brito (Departamento Jurídico), explicaram que a partir desta reunião, onde todos concordaram com a iniciativa do Poder Judiciário de proceder a regularização, deve ser feito um planejamento, que se iniciará a partir da ampla publicidade à população em geral acerca dos procedimentos que serão adotados e culminará com a formação de processo administrativo que autorizará ao cidadão de Santa Inês a proceder o registro imobiliário de seus imóveis,

junto ao Tabelião e Registrador, concedendo ao dono do imóvel a segurança jurídica nunca antes proporcionada pelo Poder Público Municipal.

De acordo com eles a participação dos órgãos representativos é de suma importância no decorrer de todo o processo, para que se tenha transparência exigida na prática dos atos administrativos.

Luís Carlos explica que passadas as etapas de planejamento, aprovação na Câmara e realização de audiências públicas, será iniciada a parte prática da regularização fundiária propriamente dita, com o trabalho de campo realizado pelas equipes da prefeitura, que procederão à medição dos

terrenos para expedição de documentos de propriedade.

Participaram também do encontro, o promotor de Justiça Sandro Carvalho Lobato de Carvalho, representando o Ministério Público do Estado do Maranhão; Sivoney Rebonatto, analista judiciário da Vara de Registros Públicos da Comarca de Santa Inês; Claudiany Maria Ramos Cavalcante, tabeliã do 1º Ofício Extrajudicial de Pindaré-Mirim; Irandy Garcia da Silva, presidente da subseção da OAB/Santa Inês, e Fernando Pfeffer, tabelião e registrador do Cartório do 1º Ofício Extrajudicial de Santa Inês.

Representando a Câmara Municipal, participaram os vereadores José Franklin Skeff Seba, presidente da Câmara; João Batista dos Santos Melo (Madeira de Melo); Aldoniro dos Santos Muniz; Claudinner Uchoa Mendes Araújo, presidente da Comissão de Terras da Câmara de Vereadores; e Creusa Ribeiro Brito, presidente da Comissão de Patrimônio Público.

Representando o prefeito José de Ribamar Costa Alves, estiveram presentes na reunião Luís Carlos Lima Almeida, secretário municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade e Luís Edmundo Coutinho de Brito, diretor do Departamento Jurídico da Prefeitura.

408 audiências

Um total de 408 audiências realizadas. Esse é o saldo da participação da Comarca de São Mateus na Semana Nacional da Conciliação promovida pelo Conselho Nacional de Justiça em todo o país e encampada pela Corregedoria Geral da Justiça.

Segundo o juiz titular da comarca, Marco Aurélio Barrêto Marques, as audiências contemplaram ações de natureza cível e criminal, além de TCOs – Termos Circunstanciais de Ocorrências.

Para os próximos dias, a comarca já preparou um mutirão para julgar ações previdenciárias e cobrança de seguro DPVAT. A ação, que acontece nos dias 09 e 10 de dezembro, já conta com mais de 250 audiências agendadas

Polinter cumpre mandado de prisão por sentença condenatória

Uma ação de investigadores da Polícia Interestadual (Polinter), sob o comando do delegado Paulo Márcio Tavares, resultou na tarde desta segunda-feira (1º), na prisão do assaltante Joel Costa Azevedo de 35 anos, residente na Rua São Sebastião, nº45, bairro Coroado.

Segundo informações da Delegacia Especializada, Joel Costa foi detido em decorrência de um mandado de prisão por sentença condenatória expedido pela

Juíza Maria da Conceição Mendonça da 4ª Vara Criminal de São Luís.

O acusado foi sentenciado a uma pena de 5 anos e 4 meses de reclusão.

Depois da prisão, Joel foi levado a Sede da Polinter e ouvido pelo delegado titular Paulo Márcio. Em seguida Joel foi encaminhado para o Centro de Triagem no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, onde cumprirá o restante da pena.

DRF prende operador de máquinas condenado por assalto

Investigadores da Delegacia de Roubos e Furtos (DRF) prenderam, na tarde de ontem (2), o operador de máquinas Carlos Rodrigo Silva Coelho, mais conhecido como “Gordo” ou “Nho-nho”, no bairro do Gapara – área do eixo Itaqui-Bacanga. Ele tinha contra si um mandado de prisão por sentença condenatória, expedido pela 1ª Vara Criminal da Capital, acusado pelo crime de assalto.

O delegado Rodson Almeida, titular da DRF, informou que aguardava apenas o mandado de prisão para efetuar a captura e conduzir Carlos Rodrigo à unidade carcerária, na qual ele deverá cumprir a pena.

Em posse do documento, os investigadores efeturaram, então, a prisão de “Gordo”, que, tam-

bém, é conhecido como “Digão”. Este seria um dos líderes de uma quadrilha especializada em arrombamento e roubo de veículos, na capital maranhense. Em 2009, ele e seu bando foram capturados na BR-135, em Itapecuru-Mirim, suspeitos pela prática de assaltos no interior do estado.

O delegado Rodson Almeida acrescentou, com relação ao ato que originou a expedição do mandado, que o criminoso estava acompanhado de outras pessoas no momento em que praticou o delito; o que caracteriza o crime como roubo qualificado. Conforme o documento judicial, Carlos Rodrigo cumprirá uma pena de cinco anos e quatro meses de reclusão, em regime inicialmente semiaberto; além de mais treze dias de multa.



GORDO SE DIZ operador de máquinas, mas seria líder de uma quadrilha de assaltantes